

A ESTRUTURA SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DAS CRÔNICAS POLÍTICAS DO JORNAL CORREIO DA PARAÍBA

Renata. Freire R. Duarte¹
Lucienne C. Espíndola²

O subprojeto “A Estrutura Semântico-argumentativa das crônicas políticas do jornal Correio da Paraíba” apresenta o resultado de seis meses de investigação e análise das crônicas veiculadas nesse jornal. Tal subprojeto está vinculado ao Laboratório Semântico-pragmático de Textos (LASPRAT), que através de seus subprojetos, objetiva – na perspectiva da Teoria da Argumentação, postulada por Anscombe-Ducrot e colaboradores – descrever a estrutura e o funcionamento argumentativo de gêneros discursivos tanto na modalidade escrita quanto na falada. A tese que norteia as nossas pesquisas é a de que a língua e seus usos são fundamentalmente argumentativos (ESPÍNDOLA, 2004), salientando que a tese de que a língua é fundamentalmente argumentativa foi postulada por Ducrot (1987).

Para Anscombe e Ducrot (1994 e 1995), a língua é um conjunto de frases que serve para construir discursos, e o discurso é o encadeamento de enunciados - definição lingüística. Considerando a oposição processo/produto, a enunciação representa o processo, enquanto o enunciado, o produto (ESPÍNDOLA, 1998, p. 4).

Os elementos lingüísticos utilizados pelo locutor, explicita ou implicitamente na construção do discurso irão deixar marcas da intenção do locutor para com o receptor. Essas marcas são as “marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação” que compõem os mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados (KOCH, 1992, p.29).

Utilizamos como suporte a Teoria da Modalização que afirma que toda língua possui elementos que indicam o modo como o interlocutor deve ler aquilo que é dito pelo locutor. Esses elementos lingüísticos que “sinalizam o modo como aquilo que se diz é dito” (KOCH, 1992, p.47), são os modalizadores. Com relação ao estudo das modalidades do discurso, Koch (1987) enfoca a modalidade do ponto de vista da lingüística pragmática.

Optamos usar a reclassificação proposta por Castilho & Castilho (1992) para as modalidades epistêmicas, deônticas e os julgamentos de valor, os quais são reorganizados em três tipos de modalização:

1. Modalização Epistêmica: “expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (op.cit., p. 222). Compreende três subclasses:

1.1.Os Asseverativos – “indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo de P.” Exemplos de asseverativos: a) Afirmativos: *realmente*,

¹ UFPB/PIBIC/CNPq

² UFPB

evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida, mesmo, entre outros; b) Negativos: *de jeito nenhum, de forma alguma*.

1.2.Os Quase- Asseverativos – “indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo”. Exemplos muito comuns de quase-asseverativos: *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente*.

1.3.Os Delimitadores – “estabelecem os limites dos quais se deve encarar o conteúdo de P.” Temos como exemplos de delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, geograficamente, biologicamente* etc.

2. Modalização Deôntica: “indica que o falante considera o conteúdo de P como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente”. São exemplos de deônticos: *obrigatoriamente, necessariamente*.
3. Modalização Afetiva: “verbaliza as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico”. Há dois tipos de modalizadores afetivos:

3.1.Subjetivos: “expressam uma predicação dupla, a do falante em face de P e a da própria proposição”, como em *felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente*.

3.2.Intersubjetivos: “expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P”, como em *sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente*.

Os postulados do filósofo inglês J. L. Austin foram decisivos para impor a idéia que todo enunciado tem um valor de ato. Para ele, há enunciados que servem para descrever estados de coisas, aos quais podemos atribuir valor de verdade. São os enunciados constativos. Há, ainda para Austin, enunciados que não são falsos nem verdadeiros, aos quais não podemos atribuir valores. Tais enunciados são classificados por ele como performativos, que sua execução constitui a execução de uma ação. Ao dizer, por exemplo, “Eu prometo”, sem a intenção de agir dessa maneira, descaracterizaria o enunciado performativo. Por conta dessa subjetividade essa classificação foi abandonada.

Na busca de uma nova classificação, Austin observou que, freqüentemente, os enunciados performativos têm um verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e voz ativa.

Seja qual for o verbo, um enunciado que comporta seu imperativo serve para realizar uma ação (CERVONI, 1989, p.86). Com o propósito de esclarecer os limites do dizer e do fazer no enunciado, Austin (1990) propôs a seguinte classificação: o ato locutório é o ato de produzir sons, combinar palavras numa construção conforme a gramática e dotada de significação; o ato ilocutório é aquele que se realiza dizendo; o ato perlocutório é o ato que se realiza pelo fato de dizer. Na análise das crônicas jornalísticas não há como relatar o ato perlocutório, visto que tal ato está focado no efeito que o enunciado teve sobre o leitor.

Pesquisamos e selecionamos dez crônicas políticas que foram coletadas no jornal Correio da Paraíba, no período de 6 a 26 de outubro de 2002, quais sejam: *Hoje tem espetáculo, Festa de povo, Luz, câmera, ação, As lições do ABC, Tudo como dantes e Lulocilina*, de Luiz Augusto Crispim; *É Lula, Quando a palavra é crime, A vez de Guarabira*, de F. Pereira da Nóbrega, e *Esperanças do povo*, de Mário Tourinho.

Para ilustrar este trabalho escolhemos a crônica “Tudo como dantes” de Luiz Augusto Crispim, veiculada em 24 de outubro de 2002.

Quem somos nós? – **ainda não** ouvi nenhum candidato fazer a pergunta. E **já** era tempo de alguém tinha perguntar.

Afinal, que raça **morena** será esta – como diria o **grande** Hélio Jaguaribe – da qual tanto nos vangloriamos, em prosa e verso?

O brasileiro tem definição **mais** complexa. Porém, o sertanejo, segundo consta, **é** antes de **tudo**, um **forte**.

Como será que devemos aceitar a expressão de Euclides? Legenda ou epitáfio? Dogma ou zombaria? De que nos serviu até **hoje**? Para inspirar brasilianistas desavisados ou para disfarçar defeitos **congenitos** da raça

Onde **já** se viu um **forte** que se deixa humilhar por regras **impostas** e normas **equivocadas**?

O nordestino tem pago **muito** caro por essa frase.

Diz-se que **aqui** se instalou a indústria da seca, que o processo de desenvolvimento promovido **através** dos incentivos fiscais **é** uma fraude de proporções **ciclópicas**.

E qual a primeira providência que ocorre aos cérebros de Brasília?

Sepultar a SUDENE.

É aí que se desmente a legenda de Euclides da Cunha. **Aonde** foi parar o sertanejo **forte** das caatingas **incendiadas** de luz e de esperanças? O que terá sido feito da sua bravura?

Tudo literatura.

Perdoem os senhores pela crise de ceticismo **explícito**. Mas **já** não tenho mais idade para continuar acreditando em fábulas de qualquer espécie – por mais **genial** que venha a ser o narrador.

Há um ano, mais ou menos, vi, *com estes olhos que a terra há de comer*, a reação **forte** de um certo grupo de nordestinos, reunidos no Palácio das Princesas, **lá** no Recife, para opor resistência à **infeliz** idéia de liquidação da Sudene.

Eram os governadores do Nordeste, exigindo a revisão das determinações do Governo Federal, que **já** havia determinado ao Ministro da Integração Nacional a redação da Medida Provisória a ser publicada no final deste mês.

Era uma bofetada no princípio federativo que, *aos trancos e barrancos*, sobreviveu até **aqui**. Queriam nos enfiar de goela abaixo um pacote **sinistro**, recheado de um cianureto qualquer, substância **letal** a qualquer fundamento democrático.

Felizmente, **ainda** nos restam uns **poucos** grãos de dignidade e de auto-estima, **suficientes** para manter a altivez que herdamos dos nossos antepassados. Mesmo assim, a Sudene acabou e tudo ficou como dantes no quartel de Abrantes.

Desgraçadamente, neste país, a Lei **só** nos alcança no infortúnio.

A crônica “Tudo como dantes” exemplifica como os adjetivos podem construir a principal estratégia argumentativa de alguns gêneros da ordem do relatar. O locutor, ao selecionar os adjetivos, imprime sua opinião, pois, de acordo com ele, *Hélio Jaguaribe é grande, o brasileiro tem definição complexa, as normas são equivocadas, e o sertanejo é forte*. Por verbalizarem as reações emotivas do locutor frente ao que está veiculando, podemos classificar os adjetivos como modalizadores afetivos subjetivos. Fica claro o envolvimento do locutor com o que diz na crônica, a partir do uso dos advérbios: Felizmente, ainda não nos restam uns poucos grãos de dignidade; Desgraçadamente, neste país, a Lei só nos alcança no infortúnio; tais advérbios são classificados como modalizadores afetivos, pois verbalizam as reações emotivas do falante. Até o décimo segundo parágrafo, o locutor mantém seu discurso em terceira pessoa, porém, no décimo terceiro, ele faz um relato em primeira pessoa: Vi, com esses olhos que a terra há de comer... ; assumindo a responsabilidade do relatado.

Conclusão

Percebemos que ao longo das crônicas políticas estudadas, o locutor utilizou diversos recursos argumentativos. Dentre esses recursos, notou-se que os modalizadores (adjetivos, advérbios e verbos) foram os mais utilizados no corpus estudado. Notamos também que dentre os modalizadores, o recurso mais utilizado é a adjetivação, sendo a posposição, a sua forma mais recorrente. Em relação aos advérbios utilizados, os modalizadores afetivos foram os mais recorrentes.

Além da predominância de adjetivos e advérbios, outro recurso recorrente é o uso da terceira pessoa, que, de certa forma, revela uma falsa neutralidade do locutor frente ao enunciado. Os cronistas do jornal Correio da Paraíba demonstram claramente suas posições políticas, contrariando a imparcialidade jornalística. Também é interessante observar como tais cronistas, apesar de pertencerem ao mesmo veículo de comunicação, possuem aspectos que os individualizam.

Com isso, concluímos que os autores utilizaram-se de recursos lingüísticos persuasivos que visam influenciar de alguma maneira a compreensão do receptor. Confirmando que a língua e seus usos são fundamentalmente argumentativos (ESPÍNDOLA, 2004, p.13).

REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI JR, Davi. **Enigma e Comentário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- CASTILHO, Ataliba T. de & CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- ESPÍNDOLA, Lucienne C. **Gêneros Discursivos e as Marcas de Argumentação**. Mimeo, 1998.
- _____. **Gêneros Discursivos: Argumentação, Leitura e Ensino**. In: COLE, IX, Campinas, São Paulo, mimeo, 2002.
- _____. **A Entrevista: um olhar argumentativo**. João Pessoa. EDUEPB, 2004.
- KOCH, Ingedore, G.V. **Argumentação e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- _____. **A inter-ação pela linguagem**, São Paulo: Contexto, 1992.
- NEVES, Maria H. de M. **Gramática de Usos de Português**, São Paulo: Unesp, 2000.
- PEREIRA, Wellington. **Crônica: arte do útil ou do fútil?** João Pessoa: Idéia, 1994.
- SÁ, Jorge. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1985.

